



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

27.05

REQUERIMENTO 1677/X (2ª) - AC

Assunto: SEGURANÇA MARÍTIMA – Procedimento de busca e salvamento em vigor na Marinha e Força Aérea.

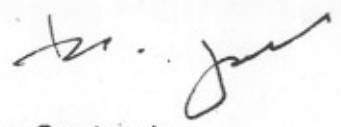
Apresentado por: Deputados Lúcio Ferreira e Jorge Fão (P.S.)

A navegação marítima em geral e a actividade da pesca, em especial, desenvolvem-se num meio hostil – o mar – longe da terra, com riscos acrescidos, muitas vezes imprevisíveis e incontroláveis. É na pesca que se encontram as mais elevadas taxas de sinistralidade e mortalidade do mundo laboral, devidas, sobretudo, à falta de condições de segurança.

O trágico naufrágio da embarcação de pesca “Luz do Sameiro” ocorrido em 29 DEZ 06 na praia da Légua, na Nazaré, em que pereceram 6 dos 7 tripulantes, a 50 metros da praia, fez colocar na ordem do dia as questões da segurança marítima e dos procedimentos de busca e salvamento instituídos na Marinha e na Força Aérea.

Perante o cenário deste naufrágio, a Assembleia da República manifestou, por unanimidade, a sua preocupação sobre as eventuais falhas nos meios de socorro e salvamento e necessidade de se efectuar uma averiguação aos meios de procedimento adoptados nesse caso concreto.

Prontamente a Inspeção-Geral do Ministério da Defesa Nacional ordenou a realização de uma auditoria cujas conclusões do seu relatório vieram confirmar a persistência de velhas insuficiências de meios de intervenção e salvamento, mas também falhas na coordenação de procedimentos entre as



entidades a quem incumbe a busca e salvamento, nomeadamente o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa.

A falta de implementação do Sistema Nacional de Comunicações de Segurança e Socorro Marítimo para as áreas A1 e A2 acarreta que a recepção de uma chamada de socorro dependa da posição casuística meios de busca e salvamento, apontando o relatório para a urgente necessidade da implementação do sistema UTS. Também os alertas de socorro do sistema Monicap não chegam de forma expedita e automática ao centro de Coordenação de Busca e Salvamento. São necessárias mais Estações Salva-Vidas e a aquisição de salva-vidas de média e pequena capacidade e mais meios humanos. Os procedimentos de accionamento dos meios aéreos devem ser agilizados e simplificados, devendo ser revista a distribuição geográfica desses meios aéreos, de modo a reduzir a duração de tempo de voo, disponibilizando-se mais meios, com acção quer no período diurno quer no período nocturno.

Diagnosticando falhas no sistema, o Ministério da Defesa Nacional apontou a adopção de medidas importantes que acolhem antigos anseios dos profissionais marítimos e dão resposta ao essencial das recomendações referidas, no que concerne a um sistema de alerta e rápida resposta de meios de salvamento.

Paralelamente a estas medidas técnicas, o relatório enfatiza a questão da formação prática dos tripulantes, uma cultura de salvaguarda da vida humana no mar, encarado no vertente do uso correcto dos equipamentos individuais de salvamento e na activação dos instrumentos de socorro disponíveis.

Nesse capítulo foi anunciado pelo Ministério da Defesa Nacional a elaboração de um Plano de Formação e Sensibilização os Navegantes para a correcta e eficaz utilização dos meios de socorro e salvamento, a realizar ainda durante o segundo semestre de 2007.

Dando, em nota à Comunicação Social de 28/3/07, uma pronta resposta quanto às medidas a implementar face às conclusões do relatório citado – AE 03/07 de 8/3/07- o Ministério da Defesa Nacional assumiu compromissos vários quanto às questões de segurança marítima e à agilização dos procedimentos e meios de busca e salvamento.

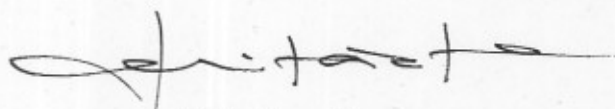
Assim:

Ao abrigo das disposições constitucionais e Regimentais aplicáveis, vimos requerer que, através de V. Ex^a seja solicitado ao Ministérios da Defesa Nacional a informação seguinte:

- 1 -Das medidas de melhoria do sistema de busca e salvamento anunciadas na sequência das conclusões do relatório da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, quais aquelas que se encontram já implementadas ?

- 2 -Qual o planeamento e calendarização definidos para a concretização das restantes medidas ainda não concretizadas?

Os Deputados



Lúcio Ferreira



Jorge Fão